

# Jurimetria

## Crédito consignado para pessoas idasas no estado de São Paulo

Jose de Jesus Filho

São Paulo  
06 de novembro de 2024

Ministério Público do Estado de São Paulo



---

## **Crédito consignado para pessoas idosas no estado de São Paulo**

Relatório sobre ações judiciais iniciadas por pessoa idosa contra instituições financeiras

---

Jose de Jesus Filho

Assessor do MP

São Paulo  
06 de novembro de 2024

## Introdução

Esta pesquisa, solicitada pela Dra. Susana Henriques da Costa – Promotora de Justiça e Secretária Especial de Políticas Cível e de Tutela Coletiva e Coordenadora-Geral do Centro de Apoio Cível e de Tutela Coletiva, abordou o tema do crédito consignado para idosos no Estado de São Paulo. A realização da pesquisa aconteceu sob a supervisão de José de Jesus Filho – Assessor de Direção do Ministério Público do Estado de São Paulo.

O objetivo principal foi investigar o posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo em relação às ações relacionadas ao empréstimo consignado obtido por pessoas idosas, com ênfase na inclusão da Reserva de Margem Consignável (RMC). Esta reserva permite que a instituição financeira deduza automaticamente 5% da folha de pagamento para o pagamento de despesas com cartão de crédito concedido.

## Perguntas da pesquisa

A pesquisa visa responder às seguintes questões: 1. Qual é a percentual de pessoas idosas envolvidas em ações judiciais relacionadas à Reserva de Margem Consignável (RMC), e quais são os principais temas/assuntos abordados por esse grupo?

2. Dentre as questões relativas a empréstimo consignado e RMC suscitadas por pessoas idosas, quais os assuntos recorrentes?
3. Quantas ações foram julgadas em primeira e segunda instâncias do Tribunal de Justiça de São Paulo que contestam a Reserva de Margem Consignável (RMC) em crédito/empréstimo consignado obtidos por pessoa idosa?
4. Em quantas dessas ações há pedido de cancelamento do cartão de crédito associado ao empréstimo consignado?
5. Qual é o perfil profissional predominante das pessoas idosas demandantes em ações sobre empréstimo consignado?
6. Há divergência jurisprudencial no TJSP com respeito às ações relativas a empréstimo consignado e RMC?

## Escopo da pesquisa

Para abordar as questões da pesquisa, optou-se por examinar tanto as decisões de primeira instância quanto as de segunda instância no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). As buscas foram realizadas de forma automatizada por meio da [Consulta de Jurisprudência do TJSP](#).

Os termos de busca empregados foram “RMC e (consignado ou consignável)” em apelações cíveis, com datas de julgamento entre 01 de julho de 2021 e 15 de outubro de 2024. A data inicial foi selecionada considerando a promulgação da Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021), enquanto a data final correspondeu ao momento da coleta dos dados.

Posteriormente, detalhes dos processos e informações das partes foram obtidos por meio do acesso ao MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), uma ferramenta criada e disponibilizada pelo próprio TJSP, a qual viabiliza a automação da transmissão de dados

processuais entre o servidor (computador) do TJSP e servidores dos demais órgãos públicos do sistema de justiça.

Considerando que a pesquisa visa analisar o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e eventuais divergências jurisprudenciais, foi dada prioridade à análise dos acórdãos de segunda instância. No entanto, informações processuais, como a qualificação das partes e a movimentação processual, foram obtidas na primeira instância para complementar os dados.

Os processos de primeira instância forneceram uma visão mais abrangente sobre o volume das demandas, os valores das ações, o tempo de tramitação dos processos e as principais instituições financeiras envolvidas. Adicionalmente, foram analisadas as petições iniciais de primeira instância, uma vez que essas peças introduzem o processo e expõem os pedidos das partes, permitindo uma compreensão detalhada das principais demandas levadas a juízo e dos argumentos apresentados.

Assim, a análise conjunta dos dados obtidos em ambas as instâncias permite uma compreensão mais precisa e detalhada do processo. Uma análise isolada de apenas uma instância poderia resultar em uma visão parcial, refletindo apenas um aspecto do fenômeno.

## Procedimento metodológico

Com as questões definidas e o escopo de análise delimitado pelo critério temporal mencionado, além do acesso aos processos via MNI, foi possível coletar as decisões de segundo grau que mencionam a reserva de margem consignável em sede de apelação cível, utilizando os termos “RMC e (consignado ou consignável)”.

Essa coleta resultou em 25.897 acórdãos. Como alguns processos contêm mais de uma decisão, o número final de processos foi um pouco menor, totalizando 25.695.

Inicialmente, a pesquisa retornou apenas os metadados dos acórdãos, conforme apresentados na [página de consulta de julgados de segundo grau do TJSP](#). Esses metadados incluem o número do processo, o link para o acesso ao inteiro teor do acórdão, a classe processual, o assunto, o nome do relator, o órgão julgador, a comarca de origem, a data do julgamento e a ementa.

Nesta etapa, foram filtrados os acórdãos que fazem referência ao direito bancário, excluindo-se os demais temas. A tabela abaixo apresenta os principais assuntos, com destaque para os cinco mais relevantes, correspondentes aos 25.662 julgados analisados que são pertinentes à pesquisa em questão.

Tabela 1: Principais assuntos da busca jurisprudencial por RMC.

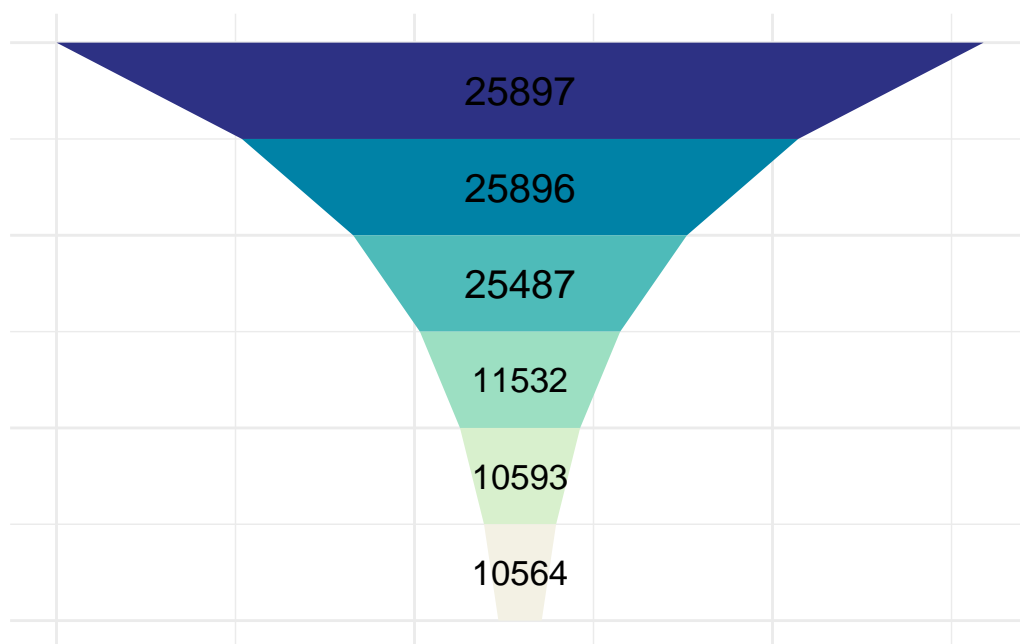
assunto	n
Bancários	21323
Cartão de Crédito	4048
Contratos Bancários	118
Espécies de Títulos de Crédito	107
Cédula de Crédito Bancário	66
Planos de saúde	25
Associação	17
Seguro	17
Responsabilidade Civil	17
Tratamento médico-hospitalar	14

assunto	n
---------	---

Foram mantidos apenas os casos em que os requeridos são instituições financeiras, como "banco", "crédito", "consignado" e "financeira". Após esse segundo filtro de partes, restaram 25.487 julgados. Em seguida, foram selecionados os casos em que os requerentes são idosos, reduzindo o número para 11.532 julgados.

Como nem todos os julgados abordam o mérito do pedido, foram considerados apenas os que contêm decisões de provimento, provimento parcial (considerado como provimento integral) ou improvimento. Após essa seleção, focada exclusivamente em julgados de mérito, restaram 10.593 acórdãos.

Após todos os filtros, foram baixados 10.564 acórdãos. Os acórdãos foram classificados conforme a decisão: provimento favorável à instituição financeira ou à pessoa idosa. Em seguida, esses julgados foram submetidos à API da OpenAI para análise dos fundamentos utilizados pelas Câmaras de Julgamento na apreciação das apelações, como será abordado no próximo tópico. Abaixo, segue um funil ilustrando as etapas de filtragem.



## Fundamentos utilizados nos julgados de segunda instância

Para identificar os principais argumentos utilizados pelos desembargadores na análise das apelações relacionadas ao crédito consignado para idosos no Estado de São Paulo, foi empregada uma abordagem com inteligência artificial generativa. Optou-se pelo uso do modelo GPT-4o-mini, que gerou resumos de cada acórdão por meio da API (Application Programming Interface) da OpenAI.

Esses resumos foram organizados de acordo com o apelante: pessoa idosa ou instituição financeira, considerando apenas os acórdãos com resultado de provimento. Em seguida, cada conjunto de resumos foi dividido em dez subgrupos e reprocessados via API da OpenAI, resultando em um único resumo consolidado para cada grupo — um para as apelações providas às instituições financeiras e outro para as apelações providas às pessoas idosas.

Essa estratégia foi necessária devido à limitação de contexto da inteligência artificial generativa, que possui uma janela máxima de 128 mil tokens, aproximadamente 400 mil caracteres. Textos extensos que ultrapassam ou se aproximam desse limite podem causar recusa de processamento ou mesmo erro nas respostas. Esse processo permitiu identificar os principais argumentos empregados pelos desembargadores na análise das apelações.

### **Síntese das apelações providas das instituições financeiras**

Os acórdãos providos para as apelações das instituições financeiras foram resumidos num único texto apresentado abaixo.

Os acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que deram provimento a apelações de instituições financeiras em casos relacionados à Reserva de Margem Consignável (RMC) apresentam fundamentos comuns que justificam as decisões. Entre os principais argumentos, destacam-se: 1. **Validade da Contratação:** A regularidade dos contratos de cartão de crédito consignado foi frequentemente comprovada por documentação adequada, demonstrando que os consumidores estavam cientes das condições acordadas. 2. **Ausência de Vício de Consentimento:** Os tribunais concluíram que não houve vícios na manifestação de vontade dos consumidores, como erro ou coação, legitimando a relação contratual. 3. **Utilização do Cartão:** A efetiva utilização dos cartões pelos autores foi um fator determinante, evidenciando que os consumidores se beneficiaram dos serviços e concordaram com os descontos. 4. **Legalidade dos Descontos:** Os descontos realizados estavam dentro dos limites legais e contratuais, não configurando abusividade. 5. **Falta de Provas de Fraude:** A ausência de provas concretas de má-fé ou irregularidades nas contratações foi crucial para a manutenção dos contratos e a legalidade dos descontos. 6. **Responsabilidade do Consumidor:** O tribunal enfatizou a responsabilidade dos consumidores em conhecer e aceitar as condições dos contratos, além de controlar suas finanças. 7. **Indenização por Danos Morais:** A maioria dos acórdãos afastou a condenação por danos morais, considerando que os aborrecimentos enfrentados pelos autores não configuravam ofensa significativa à dignidade. 8. **Devolução Simples:** Quando houve determinação de devolução de valores, muitos acórdãos optaram pela devolução simples, em vez de em dobro, especialmente quando não se comprovou má-fé. Esses fundamentos refletem uma tendência do TJSP em proteger a regularidade das operações financeiras e a responsabilidade dos consumidores nas relações contratuais.

Segue abaixo uma amostra aleatória de 60 acórdãos decididos em favor das instituições financeiras.

10649667720228260100 10017110420218260320 10009321520228260417 10011655520228260629  
10673739020218260100 11431322620228260100 11254644220228260100 10619978920228260100  
10008269520218260673 10183869120198260100 10076166820228260606 10015939520238260566  
10331868520228260564 10022052220228260484 10203947320218260196 10089509320218260438

10570687620238260100 10015368420218260651 10370961120198260602 10293013720218260196  
10007832420208260341 10024035720238260441 10106085920218260566 10022666820228260196  
10027233520238260077 10116063620228260002 10005635420218260482 10086142320238260114  
10008943220218260257 10080926720208260189 10004723420248260069 10027478520228260081  
10046378320238260482 10027469520218260482 10005081420208260232 11405952320238260100  
10024467020238260642 10067505020208260438 11280869420228260100 10072244520238260590  
10011477020238260541 10298683120228260100 10063287520228260577 10125198120238260002  
10209076520218260576 10047008020208260590 10129028020178260451 10095732520218260482  
10433094520238260100 10037737820238260568 10054620820228260047 10036680720238260664  
10242093920208260576 10063737420228260320 10139891620228260348 10035967420198260077  
10063194120198260344 10112911920228260451 10061133520238260005 10186639220228260071

### Síntese das apelações providas de pessoas idosas

Os acórdãos providos para as apelações das pessoas idosas foram resumidos num único texto apresentado abaixo.

Os acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que deram provimento a apelações de pessoas idosas relacionadas à Reserva de Margem Consignável (RMC) destacam diversos fundamentos principais. Entre os mais recorrentes, estão:

1. **Indução a Erro:** Muitos apelantes alegaram que foram levados a acreditar que estavam contratando um empréstimo consignado tradicional, quando na verdade firmaram um contrato de cartão de crédito consignado.
2. **Falta de Informação Adequada:** A ausência de esclarecimentos claros sobre as condições do contrato e a natureza da RMC foi um ponto recorrente, levando o tribunal a considerar que houve violação do dever de informação por parte das instituições financeiras.
3. **Direito ao Cancelamento:** O TJSP reiterou que os consumidores têm o direito de cancelar o cartão de crédito a qualquer momento, conforme previsto na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, independentemente da quitação da dívida.
4. **Inexistência de Relação Jurídica:** Em diversos casos, o tribunal declarou a inexistência do contrato de cartão de crédito, determinando a devolução em dobro dos valores descontados indevidamente.
5. **Danos Morais:** O tribunal reconheceu a ocorrência de danos em algumas situações, fixando valores de indenização em decorrência de descontos indevidos que causaram abalo emocional aos apelantes.
6. **Regularidade da Contratação:** Em alguns casos, o tribunal considerou que a instituição financeira não conseguiu comprovar a regularidade da contratação, resultando na nulidade do contrato e na devolução dos valores.
7. **Honorários Advocatícios:** O tribunal ajustou os honorários advocatícios em diversos casos, reconhecendo a complexidade das demandas e a necessidade de uma remuneração justa para os advogados. Esses fundamentos refletem a proteção dos direitos dos consumidores idosos, enfatizando a importância da transparência nas contratações e a necessidade de garantir que não sejam prejudicados por práticas abusivas.

Segue abaixo uma amostra aleatória de 60 acórdãos decididos em favor de pessoas idosas.

10649667720228260100 10017110420218260320 10009321520228260417 10011655520228260629  
10673739020218260100 11431322620228260100 11254644220228260100 10619978920228260100  
10008269520218260673 10183869120198260100 10076166820228260606 10015939520238260566  
10331868520228260564 10022052220228260484 10203947320218260196 10089509320218260438  
10570687620238260100 10015368420218260651 10370961120198260602 10293013720218260196  
10007832420208260341 10024035720238260441 10106085920218260566 10022666820228260196

10027233520238260077 10116063620228260002 10005635420218260482 10086142320238260114  
 10008943220218260257 10080926720208260189 10004723420248260069 10027478520228260081  
 10046378320238260482 10027469520218260482 10005081420208260232 11405952320238260100  
 10024467020238260642 10067505020208260438 11280869420228260100 10072244520238260590  
 10011477020238260541 10298683120228260100 10063287520228260577 10125198120238260002  
 10209076520218260576 10047008020208260590 10129028020178260451 10095732520218260482  
 10433094520238260100 10037737820238260568 10054620820228260047 10036680720238260664  
 10242093920208260576 10063737420228260320 10139891620228260348 10035967420198260077  
 10063194120198260344 10112911920228260451 10061133520238260005 10186639220228260071

## Profissão dos autores

Com relação à profissão dos requerentes, a tabela abaixo mostra as dez principais profissões:

Tabela 2: Principais profissões dos requerentes idosos.

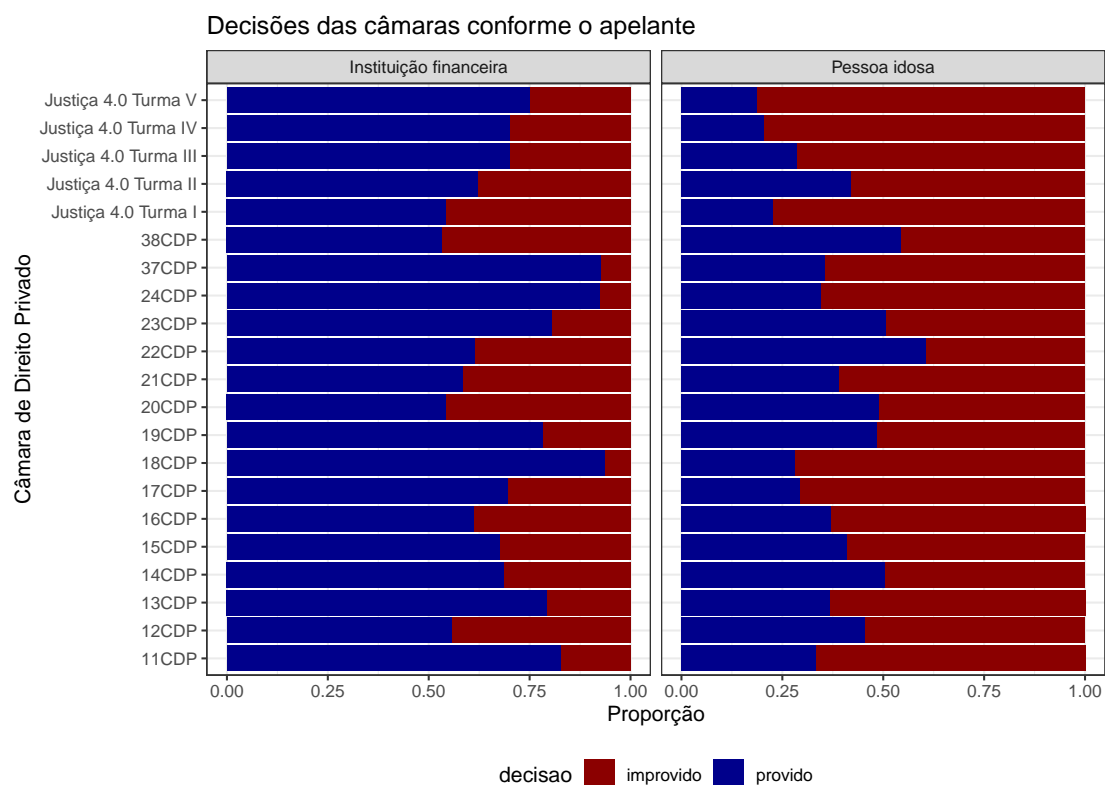
profissao	n	percentual
Aposentado	9268	80,29%
Pensionista	1360	11,78%
Prendas do Lar	281	2,43%
Desempregado	71	0,62%
Autônomo	28	0,24%
Advogado	27	0,23%
Motorista	24	0,21%
Trabalhador Rural	21	0,18%
Comerciante	20	0,17%
Funcionário Público Civil Aposent	19	0,16%

Aposentados e pensionistas, juntos, representam 92.07% dos idosos que ajuizaram as ações.

## Decisões do TJSP conforme o apelante

O gráfico abaixo mostra as decisões de segunda instância do TJSP conforme o apelante e a câmara de direito privado. Parcialmente providos foram classificados como providos.





Fonte: TJSP

A tabela abaixo mostra o mesmo resultado, porém de forma mais detalhada.

Tabela 3: Decisões das câmaras conforme o apelante.

Câmara	Apelante	n_- improvido	n_- provido	perc_- improvido	perc_- provido
11CDP	Pessoa idosa	414	207	66.7%	33.3%
11CDP	Instituição financeira	28	133	17.4%	82.6%
12CDP	Pessoa idosa	391	327	54.5%	45.5%
12CDP	Instituição financeira	78	98	44.3%	55.7%
13CDP	Pessoa idosa	503	293	63.2%	36.8%
13CDP	Instituição financeira	54	207	20.7%	79.3%
14CDP	Pessoa idosa	374	380	49.6%	50.4%
14CDP	Instituição financeira	58	127	31.4%	68.6%
15CDP	Pessoa idosa	593	411	59.1%	40.9%
15CDP	Instituição financeira	73	152	32.4%	67.6%
16CDP	Pessoa idosa	333	196	62.9%	37.1%

Câmara	Apelante	n_- improvido	n_- provido	perc_- improvido	perc_- provido
16CDP	Instituição financeira	58	91	38.9%	61.1%
17CDP	Pessoa idosa	352	147	70.5%	29.5%
17CDP	Instituição financeira	38	87	30.4%	69.6%
18CDP	Pessoa idosa	501	196	71.9%	28.1%
18CDP	Instituição financeira	16	236	6.3%	93.7%
19CDP	Pessoa idosa	344	323	51.6%	48.4%
19CDP	Instituição financeira	50	180	21.7%	78.3%
20CDP	Pessoa idosa	352	338	51.0%	49.0%
20CDP	Instituição financeira	64	76	45.7%	54.3%
21CDP	Pessoa idosa	367	234	61.1%	38.9%
21CDP	Instituição financeira	74	104	41.6%	58.4%
22CDP	Pessoa idosa	222	340	39.5%	60.5%
22CDP	Instituição financeira	48	76	38.7%	61.3%
23CDP	Pessoa idosa	337	345	49.4%	50.6%
23CDP	Instituição financeira	42	172	19.6%	80.4%
24CDP	Pessoa idosa	523	275	65.5%	34.5%
24CDP	Instituição financeira	17	205	7.7%	92.3%
37CDP	Pessoa idosa	531	294	64.4%	35.6%
37CDP	Instituição financeira	21	260	7.5%	92.5%
38CDP	Pessoa idosa	488	580	45.7%	54.3%
38CDP	Instituição financeira	135	154	46.7%	53.3%
Justiça 4.0 Turma I	Pessoa idosa	206	60	77.4%	22.6%
Justiça 4.0 Turma I	Instituição financeira	16	19	45.7%	54.3%
Justiça 4.0 Turma II	Pessoa idosa	243	176	58.0%	42.0%
Justiça 4.0 Turma II	Instituição financeira	31	51	37.8%	62.2%
Justiça 4.0 Turma III	Pessoa idosa	205	82	71.4%	28.6%
Justiça 4.0 Turma III	Instituição financeira	21	49	30.0%	70.0%
Justiça 4.0 Turma IV	Pessoa idosa	365	94	79.5%	20.5%
Justiça 4.0 Turma IV	Instituição financeira	45	105	30.0%	70.0%

Câmara	Apelante	n_- improvido	n_- provido	perc_- improvido	perc_- provido
Justiça 4.0 Turma V	Pessoa idosa	236	54	81.4%	18.6%
Justiça 4.0 Turma V	Instituição financeira	12	36	25.0%	75.0%

Embora a maioria das câmaras tenha dado provimento às instituições financeiras, algumas câmaras, nomeadamente a 14ª, 22ª, 23ª e a 38ª, consistentemente, julgam favoravelmente apelações de pessoas idosas. Nenhuma câmara julga exclusivamente em favor de uma das partes, mesmo diante da redundância dos temas. Como se verificou nos dez grupos de resumos das decisões, os temas são praticamente os mesmos e o volume de processos é bastante alto.

## Valor da ação e o tempo do processo

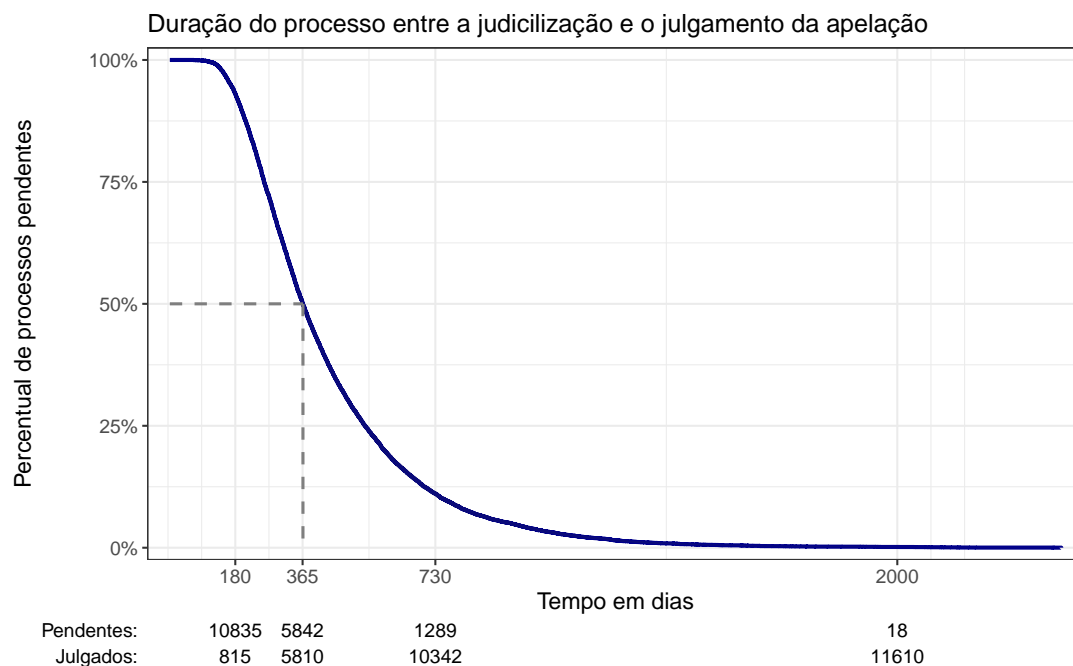
A maioria das iniciais inclui a restituição dos valores descontados em dobro ou a repetição do indébito e indenização por dano moral. A tabela abaixo mostra a média, a mediana e a soma de todos 21.663 valores de ação pedidos.

Tabela 4: Média, mediana e soma dos valores das ações.

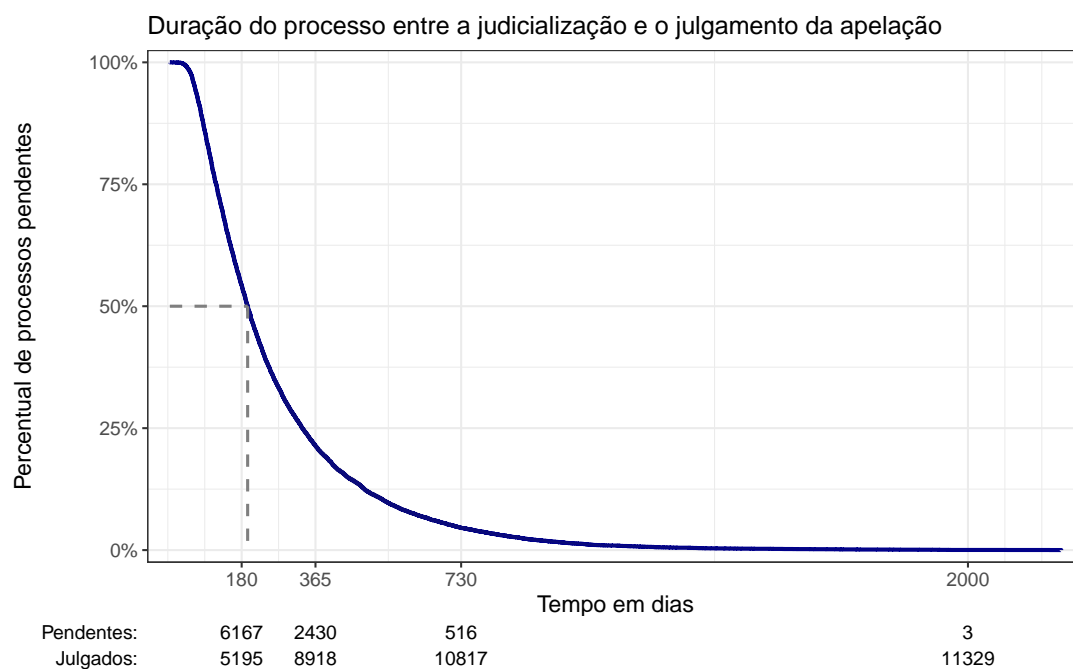
media	mediana	soma
18.677,63	16.013,53	404.613.589

O valor médio dos pedidos de pessoas idosas contra instituições financeiras é R\$ 18.677,63. A soma de todos os valores pedidos é próxima de R\$ 404.613.589 milhões de reais.

Em relação ao tempo de tramitação, o gráfico abaixo mostra a duração dos processos desde a distribuição, em primeira instância, até a decisão em segunda instância. Metade dos processos leva cerca de um ano para que as apelações sejam julgadas desde o início da ação. Após dois anos, 90% das apelações já foram julgadas.



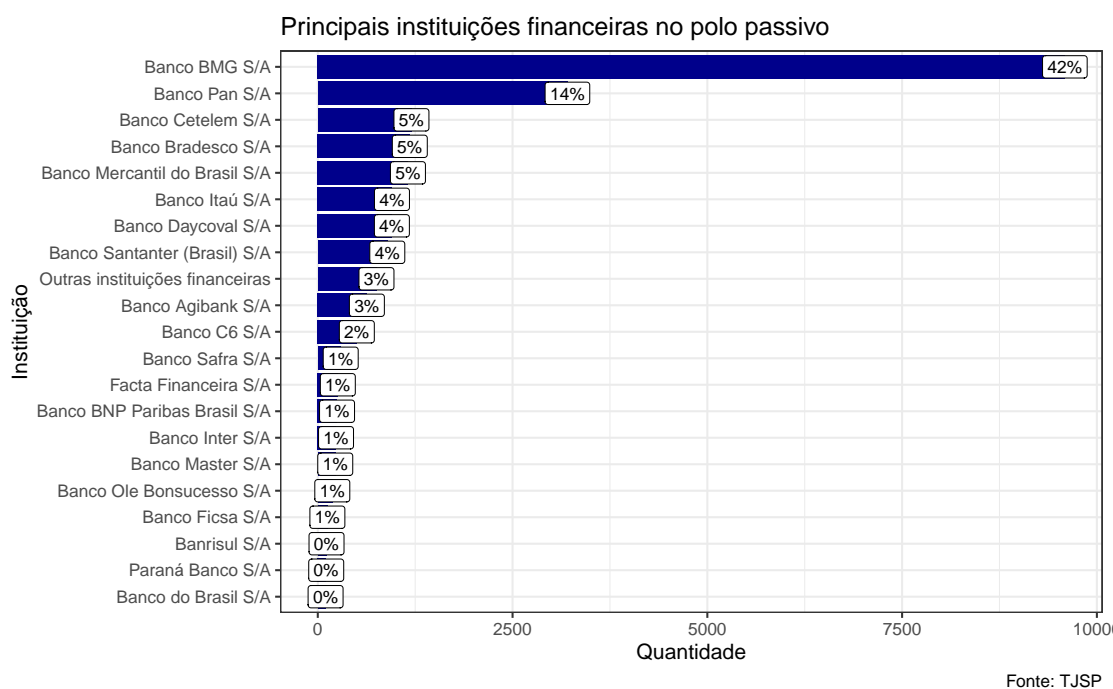
Por sua vez, a duração do processo até a sentença é estimada em seis meses, vez que a metade é julgada até esse período. Após um ano, cerca de 80% foram julgados.



## Dados da primeira instância

Os mesmos critérios de busca foram aplicados aos processos de primeira instância, considerando as classes processuais de procedimento comum cível e procedimento do juizado especial cível. A pesquisa inicial resultou em 47.013 julgados. Após filtrar os casos em que o requerente é explicitamente um idoso e o requerido é uma instituição financeira, o número foi reduzido para 21.670 processos.

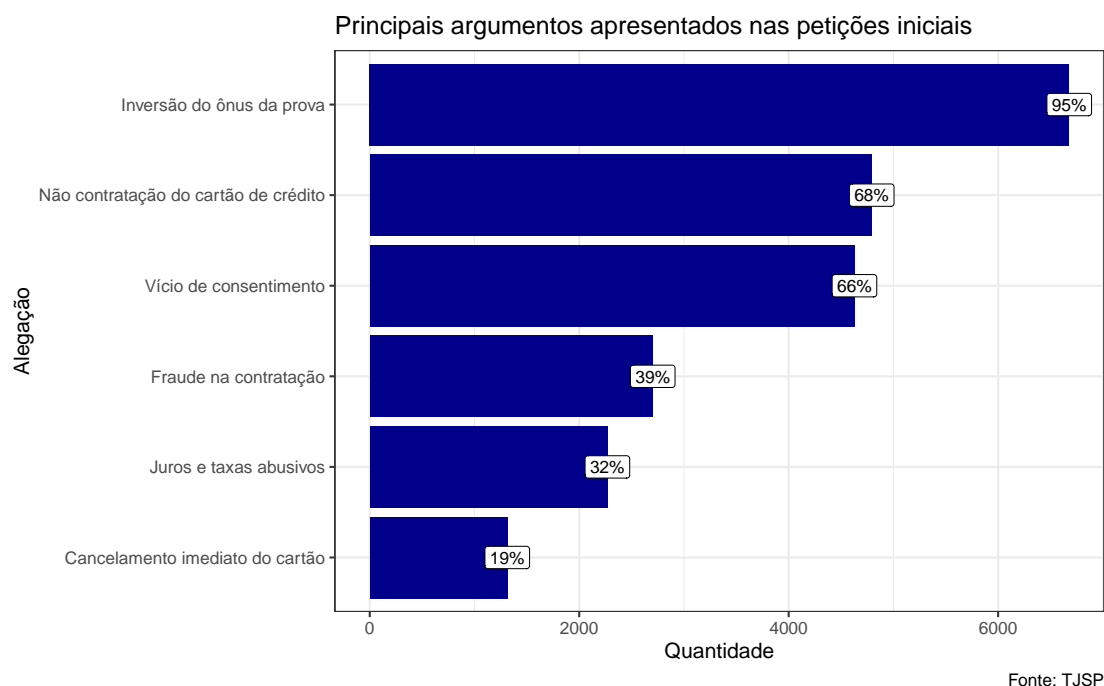
O gráfico abaixo apresenta as principais instituições financeiras que figuram no polo passivo, incluindo apenas aquelas com participação mínima de 1% do total, para melhor visualização. Observa-se que a prática de incluir a reserva de margem consignável não é uniforme entre as instituições bancárias, sendo recorrente em apenas algumas delas.



## Análise das demandas

Com o fim de compreender quais foram as principais demandas apresentadas pelos autores das ações, uma amostra de 7.000 petições iniciais foi submetida ao um modelo de inteligência artificial generativo, especificamente ao GEMINI do Google.

O gráfico abaixo mostra as principais demandas apresentadas nas petições iniciais. Há indicação, nas barras, do percentual de cada um desses pedidos no conjunto das petições iniciais. A inversão do ônus da prova compreende o maior número de pedidos, 95%, mas isso era algo previsível. Destacam-se os pedidos alusivos a fatos, como o reconhecimento da não contratação do cartão de crédito, do vício de consentimento, da fraude na contratação e aplicação de juros e taxas abusivos e, por conseguinte, o cancelamento imediato do cartão.



## Conclusões

Em resposta aos quesitos colocados acima, o presente relatório tem a responder que:

- 1 - Pessoas idosas estão presentes em 45,5% dos julgados do TJSP que questionam a RMC.
- 2 - Dentre as questões suscitadas por pessoas idosas em primeira e segunda instância, que contestam a RMC, os assuntos recorrentes são inversão do ônus da prova, não contratação do cartão de crédito, vício de consentimento, fraude na contratação, juros e taxa abusivos e cancelamento imediato do cartão.
- 3 - O número de ações julgadas em primeira instância que contestam a RMC em crédito consignado para pessoas idosas é de 16.075, no período entre 01 de julho de 2021 e 15 de outubro 2024.
- 4 - Em cerca de 80% das ações há o pedido explícito de cancelamento do cartão por não contratação.
- 5 - O perfil profissional predominante das pessoas idosas é de aposentados e pensionistas.
- 6 - A divergência jurisprudencial ficou evidenciada os resultados dos pedidos. A leitura dos resumos de milhares de julgados indica alta redundância nos pedidos. Uma vez que a divergência se mantém e a prática da inclusão da RMC nos empréstivos consignados persista, novas ações continuarão a ser ingressadas no TJSP.